



PLOA TIRA R\$ 63,5 MILHÕES DO ORÇAMENTO DA UFRJ

Página 4



Calendário acadêmico

EM BUSCA DO CONSENSO PERDIDO

O debate sobre o calendário acadêmico da UFRJ já consumiu 33 horas de reuniões do Conselho de Ensino e Graduação. Foram 10 sessões em três meses. Mas o tempo não é o ingrediente perdido nesses debates. A grande perda é o consenso mínimo sobre o que devemos fazer. Nos últimos três encontros, todo o concerto pactuado em torno do período letivo excepcional se perdeu e a universidade mergulhou num labirinto de incertezas sobre o fim e o começo dos próximos semestres. No último CEG, na quarta-feira, a reitoria recuou pela terceira vez consecutiva e não votou o calendário de 2020.1. Num arranjo inesperado, defendeu que se definisse apenas o mês em que 2021.1 começará. E, assim, como num livro estranho, que começa de trás para frente, a UFRJ sabe que 2021.1 começará em junho, mas ainda não há resposta sobre o primeiro semestre de 2020. A pró-reitora de Graduação prometeu definir o tema na próxima quarta. Até lá, a AdUFRJ espera que a reitoria busque de fato o consenso perdido, mas lembra sempre que consenso não é ganhar votação. “O consenso precisa atravessar a comunidade com um mínimo de capilaridade e enraizamento para que mesmo aqueles que discordem reconheçam no debate alguma legitimidade”, pondera a diretoria da AdUFRJ.

EDITORIAL

RESPEITAR A DIVERSIDADE,
UNIR A UNIVERSIDADE

DIRETORIA

De consenso a pivô de um grande embate na universidade, o PLE parece ter se transformado numa dor de cabeça para os coordenadores de curso e diretores de graduação. A aprovação unânime no Consuni só foi possível pelo seu caráter amplo e opcional. Já na sua criação, a extensão de seu escopo de atendimento surpreendeu a todos, pois planejado para ser um recurso extraordinário para concluintes, teve uma janela aberta para os demais estudantes por sugestão da própria representação estudantil, no momento da votação do texto final da resolução no CEG. Previsto para iniciar suas atividades dia 3 de agosto, foi postergado para 10 e finalmente iniciamos as aulas dia 24, por compromisso explicitado no Consuni pela reitoria, para aguardar a distribuição dos chips e o edital para auxílio tecnológico aos estudantes. Três semanas, durante as quais várias alterações foram sendo efetuadas, envolvendo solicitações da reitoria e iniciativas diversas das unidades. Em alguns cursos, a excepcionalidade do período diria respeito à sua característica remota, uma vez que o ensino na UFRJ é presencial e, por isso, deveria ter esta excepcionalidade resguardada enquanto houvesse necessidade de uma modalidade remota. Para outras, a excepcionalidade estava dada pelo caráter opcional para os docentes, de experimentação da modalidade remota e de obrigatoriedade de atendimento apenas às disciplinas para concluintes. Em algumas unidades, o atendimento às disciplinas obrigatórias foi de 100%, tornando desnecessário 2020.1; em outras, um amplo leque de possibilidades de disciplinas optativas, envolvendo praticamente a totalidade dos docentes, oferece aos estudantes uma variada possibilidade de formação, mas oferta poucas disciplinas de caráter obrigatório, tornando-se assim um novo semestre, bastante diverso do que seria 2020.1. Temos insistido que são proposições legítimas, ancoradas nas resoluções do CEG e do Consuni, mas que tornam difícil a composição de um calendário para 2020 que seja único em toda a universidade. A Reitoria informou que 70% das disciplinas obrigatórias na universidade foram ofertadas no PLE, caracterizando assim uma grande adesão ao processo. Fosse esse resultado dividido de forma mais ou menos homogênea em toda a universidade, teríamos um problema residual para enfrentar na implantação de 2020.1, com a grande maioria dos estudantes atendidos no PLE. Mas ele não se distribui assim, criando situações muito diversas entre os cursos. Um outro complicador, segundo a PR-1, é que há urgência na definição do calendário, principalmente por força da adesão da UFRJ ao SISU. Haveria ainda uma pressão externa, corporificada em queixas à CGU e denúncias ao Ministério Público, mas também uma pressão advinda dos próprios estudantes e suas famílias, que veem outras universidades, inclusive no próprio estado do Rio, definirem seus calendários.

O principal complicador a ser considerado no debate atual é o tempo dado para essa discussão: já são três semanas que a universidade se vê obrigada a construir uma proposta com urgência



Os desafios que teremos pela frente são ainda maiores e mais difíceis.

Os ataques que virão à nossa carreira e ao financiamento das nossas atividades são de grande magnitude. A universidade não pode estar fraturada nesse enfrentamento. É essa a nossa enorme responsabilidade, é esse o compromisso que estamos cobrando da Reitoria.

e essa deliberação é adiada. Seria então tão inadiável assim essa decisão? A demarcação de datas muito próximas e sua posterior suspensão tem gerado um estresse desnecessário. Entendemos que há uma urgência inerente ao assunto, mas um cronograma de discussões que tivesse sido mais realista, com três semanas de prazo, com a previsão de um debate um pouco mais alongado provavelmente teria sido mais produtivo.

A questão urgente que se coloca é a de que precisamos relembrar o curso virtuoso das discussões que iniciaram esse debate. Um calendário unificado para todos, no ponto em que estamos, é algo irremediavelmente conflituoso. Não podemos ter uma proposta impositiva às unidades que construíram seu PLE respeitando uma deliberação do Consuni, mesmo que sejam minoritárias. Entendemos que conviver com um calendário mais flexível, que comporte soluções diferenciadas para os diversos cursos da universidade, é menos prejudicial do que submetê-los a uma camisa de força que comprima em demasia os próximos semestres. Não é só pelo efeito acadêmico-pedagógico que estamos lançando esse alerta, mas pelo risco que significa a ruptura de um pacto institucional que foi celebrado com a votação unânime no Consuni.

Se a Reitoria está convencida de que pode construir uma proposta que atenda a maioria dos cursos, que será a melhor proposta para a universidade, deve apresentá-la para que seja avaliada e discutida mais uma vez. Se essa proposta for diferente daquelas que já foram apresentadas, é necessário que seja divulgada previamente e debatida pelos representantes em seus Centros. O consenso que devemos construir precisa atravessar a comunidade com um mínimo de capilaridade e enraizamento.

Os desafios que teremos pela frente são ainda maiores e mais difíceis. Os ataques que virão à nossa carreira e ao financiamento das nossas atividades são de grande magnitude. A universidade não pode estar fraturada nesse enfrentamento. É essa a nossa enorme responsabilidade, é esse o compromisso que estamos cobrando da Reitoria.

PROPOSTA DE REFORMA ADMINISTRATIVA ATACA SERVIDORES

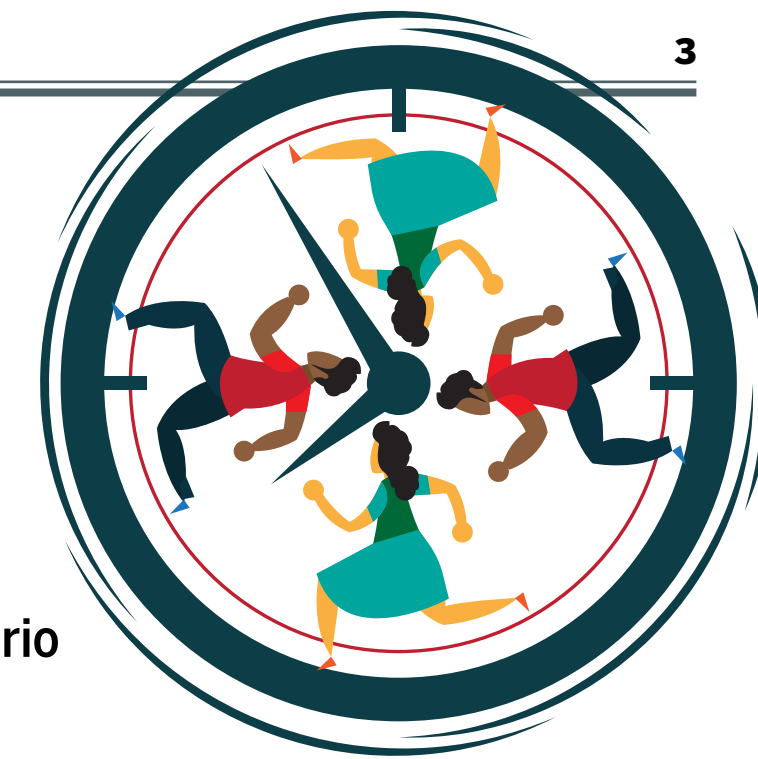
■ Mais um ataque aos funcionários públicos federais, estaduais e municipais. O governo Bolsonaro enviou ao Congresso, no dia 3, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Nova Administração Pública. A PEC modifica o Regime Jurídico Único: transforma o estágio probatório em uma etapa do concurso público e acaba com a estabilidade de boa parte das carreiras. Também acaba com progressões e promoções baseadas exclusivamente em tempo de serviço. E dá poderes ao presidente da República para extinguir cargos, funções, gratificações e até mesmo órgãos federais. Militares, magistrados, procuradores, promotores e parlamentares ficam de fora da reforma administrativa. A estabilidade e os vencimentos dos que já ingressaram no serviço público continuam nos mesmos termos da Constituição atual.

MINERVA ASSANHADA FAZ LIVE PELOS 100 ANOS DA UFRJ

■ Criado durante a gestão do ex-reitor Carlos Lessa, o bloco carnavalesco Minerva Assanhada fez uma apresentação virtual de gala na tarde de domingo (30). A introdução coube a ninguém menos que Noca da Portela, baluarte do samba e mais novo Doutor Honoris Causa da universidade. Noca interpretou a canção "UFRJ, 100 Anos de Arte, Ciência e Balbúrdia", que compôs ao lado do professor Roberto Medronho, da Faculdade de Medicina. Em seguida, houve a live com mais de duas horas de folia, animada por alguns componentes do bloco, e entrecortada pelas saudações da reitora, do prefeito universitário e de representantes do Formas, fórum que reúne as entidades sindicais e estudantis da UFRJ. O vídeo, com mais de 870 visualizações, pode ser encontrado no canal do Sintufjr no Youtube.

2021 começa em
junho, mas 2020...

... Ninguém sabe, ninguém viu. CEG decide adiar decisão do calendário acadêmico deste ano para a próxima sessão, prevista para o dia 9



SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

As aulas do primeiro período de 2021 vão começar em junho na UFRJ. A decisão foi tomada na última reunião do Conselho de Ensino de Graduação, dia 2, por 12 votos favoráveis, 9 contrários e uma abstenção. A data exata ainda não foi definida. Tampouco o que será feito do calendário acadêmico de 2020.

Na tentativa de se buscar o maior consenso possível numa instituição tão diversa quanto a UFRJ, o CEG hesita. O resultado é uma equação difícil de ser solucionada, que acaba gerando descontentamentos para todos os lados. Desde que o colegiado começou a discutir o ensino remoto, em 22 de maio, quando a proposta inicial ainda era a oferta apenas de disciplinas eletivas e, depois, obrigatórias somente para formandos, são mais de três meses de dúvidas. Essa indefinição se traduz em 33 horas de reuniões virtuais do colegiado distribuídas em dez sessões ordinárias e extraordinárias dedicadas a discutir algum tipo de calendário - desde o período letivo excepcional (PLE) até períodos regulares.

O CEG recebeu, para a sessão do dia 2 de setembro, sete propostas. Mas a deliberação do colegiado eliminou das discussões as sugestões de Macaé, Caxias e do CFCH. Essas proposições indicavam o início de 2021 em agosto ou maio. Macaé não chegou a apresentar uma data específica para 2021.1, mas defendeu períodos de 15 semanas para 2020. "A decisão não atende ao que foi proposto por Macaé", protestou a professora Aleksandra Menezes, representante do campus.

A escolha do CEG coincidiu com apontamentos da assembleia geral da AdUFRJ, em 28 de agosto. Enquete respondida por 235 docentes indicou que a maior parte era favorável que

CARTAS NA MESA

PROPOSTA DO CCS

PERÍODO	DATA	DURAÇÃO
PLE 2020	De 24/08 a 16/11/2020	12 semanas
Recesso entre períodos	17/11 a 29/11/2020	12 dias
2020.1	30/11/2020 a 06/03/2021	12 semanas
Recesso fim de ano	19/12/2020 a 03/01/2021	15 dias
Atos acadêmicos	07/03 a 21/03/2021	14 dias
2020.2	22/03 a 12/06/2021	12 semanas
Atos acadêmicos	13/06 a 27/06/2021	14 dias
2021.1	28/06 a 02/10/2021	14 semanas
Atos acadêmicos	03/10 a 17/10/2021	14 dias
2021.2	18/10/2021 a 19/02/2022	14 semanas
Recesso fim de ano	20/12/2021 a 15/01/2022	26 dias
Recesso e Atos acadêmicos	21/02 a 13/03/2022	20 dias
2022.1	14/03 a 25/06/2022	15 Semanas

PROPOSTA DA FAU/CLA

PERÍODO	DATA	DURAÇÃO
PLE 1 - 2020.1	24/08 a 16/11/2020	12 semanas
Recesso 1	17/11 a 29/11/2020	2 semanas
2020.1	30/11/2020 a 26/02/2021	12 semanas
Recesso 2	01/02 a 14/03/2021	2 semanas
2020.2	15/03 a 04/06/2021	12 semanas
Recesso 3	05/06 a 20/06/2021	2 semanas
2021.1	21/06 a 01/10/2021	15 semanas
Recesso 4	04/10 a 02/11/2021	4 semanas
2021.2	03/11/2021 a 25/02/2022	15 semanas
Recesso 5	02/04 a 24/04/2022	4 semanas
2022.1	28/03 a 29/07/2022	18 semanas
Recesso 6	30/07 a 21/08/2022	3 semanas
2022.2	22/08 a 23/12/2022	18 semanas
Recesso 7	24/12/2022 a 06/03/2023	10 semanas
2023.1	A partir de 06 mar 2023	-

Premissas: mínimo de 12 semanas por período para 2020, com aumento progressivo em 2021 e 2022; início de 2021 em junho; normalização do calendário a partir de 2023.

PROPOSTA DO CCJE

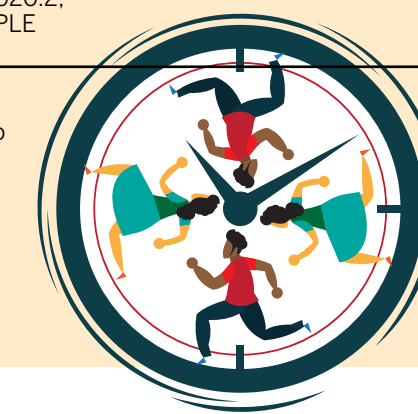
PERÍODO	DATA	DURAÇÃO
PLE	24/08 a 16/11	12 semanas
2020.1	Unidades Acadêmicas podem adaptar o PLE de modo a articulá-lo com o 2020.1, com encerramento das atividades até 19/12/2020	Flexível
2020.2	A partir de 01/02/2021	15 semanas
2021.1	Início de junho	15 semanas

Premissas: duração mínima de 15 semanas por períodos, a partir de 2020.2; início de 2021 em junho; períodos obrigatórios para docentes, salvo o PLE

PROPOSTA DO CCMN

A proposta do CCMN não apresenta um calendário fechado. O Conselho de Centro deliberou por duas premissas:

- 1 - Que 2021.1 inicie no mês de junho de 2021;
- 2 - Que não haja sobreposição entre o PLE e 2020.1.



AdUFRJ ENCAMINHA CARTA AO CEG

A diretoria da seção sindical enviou aos conselheiros e à presidência do CEG uma carta com as preocupações apontadas pelos professores da universidade presentes à assembleia ocorrida em 28 de

agosto. O documento pediu que os conselheiros considerassem uma proposta que flexibilizasse o calendário de acordo com as necessidades de cada uma das unidades. Também apontou para a necessidade de realizar

uma avaliação sobre o PLE. "Propomos ao CEG que examine a proposta de criarmos um modo de funcionamento do calendário que contemple a efetiva incorporação do PLE em 2020.1 apenas para

aqueles cursos onde isso seja possível, e que mantenha um 2020.1 sequencial ao PLE para aqueles que optarem por isso. Por mais entaves administrativos que essa proposta possa gerar, não seria ela uma forma mais condizente com a enorme diversidade da UFRJ? (...) Não seria essa a melhor forma de proteger e respeitar o trabalho

docente? Manter uma diferença de poucas semanas entre os calendários pode ser uma medida bem mais efetiva para mantermos nossa universidade mais unida em suas diferenças, do que o desgaste institucional para definição de uma única data de início dos semestres para os 176 cursos", diz trecho da carta.

2021.1 começasse em junho, embora os números indiquem que o assunto divide a comunidade. Foram 108 votos favoráveis, 76 contrários e 46 abstenções, neste ponto.

A contrariedade da maioria do corpo docente presente à assembleia, em relação à sobreposição de períodos, também se traduziu num novo recuo da reitoria: "Não será preciso votar este item porque nós estamos retirando esta proposta", resumiu a pró-reitora Gisele Pires.

A deliberação do colegiado satisfaz a maior parte da representação docente, mas deixou o plenário dividido, já que a totalidade da bancada estudantil e de técnicos votou contra. "Esta votação significa que teremos períodos de 2020 muito reduzidos, o que impacta na qualidade tão defendida neste conselho", criticou a estudante Antonia Velloso.

"Defendo a proposta de 2021.1 começar em junho. O CCMN considera o ingresso pelo SiSU uma questão muito cara para a universidade", rebateu o professor Murilo Santana Rangel, representante do CCMN.

O encaminhamento da PR-1, de decidir primeiro 2021.1 e, só na próxima semana, o que será feito de 2020.1 e 2020.2, gerou polêmica. "Essa discussão precisa ser feita em conjunto. Decidir 2021.1 em separado me parece equivocado", afirmou o professor José Ricardo França, representante do CCMN.

"A programação de trás para frente é uma técnica extremamente eficaz", defendeu o professor Vinícius Carvalho Cardoso, representante dos ex-alunos. "Define-se um dead line e depois é só programar as decisões, os demais prazos", afirmou.

A professora Mônica Ferreira Moreira, do CCMN, resumiu a tarefa: "Ou a gente faz dois semestres curtos, ou um 2020.2 mais 'gordinho', iniciando em fevereiro, para dar tempo para professores e estudantes se organizarem e atender com mais tempo e calma a todos", sugeriu a docente.

Orçamento oficial confirma cortes em educação e em C&T

> Proposta enviada ao Congresso amplia a parte dos recursos que depende de créditos suplementares ao longo de 2021. UFRJ perde 16,5%

KELVIN MELO
kelvini@adufrrj.org.br

A proposta orçamentária do governo (PLOA) para 2021 confirmou as preocupações da comunidade acadêmica.

No documento enviado ao Congresso no dia 31, foram oficializados os cortes drásticos nos recursos das universidades e do sistema de Ciência e Tecnologia. Outra novidade ruim: um percentual maior das verbas passou a depender de aprovação de créditos suplementares pelo Congresso, ao longo do ano que vem.

As universidades sofrem um corte linear de 16,5%. É muito ruim, mas o índice representa uma melhora em relação ao decréscimo de 18,2% que o MEC havia anunciado aos reitores há algumas semanas. “Um pouquinho melhor, mas não chega a mudar substancialmente o problema orçamentário do ano que vem”, explica o pró-reitor de Planejamento e Finanças, professor Eduardo Raupp. Em números absolutos, para a UFRJ, a redução em relação a este ano ficou em R\$ 63,5 milhões, contra os cerca de R\$ 71 milhões informados pelo ministério anteriormente.

A diferença entre a expectativa de corte e a PLOA também contou com uma mudança

do governo quanto às receitas próprias da UFRJ: “O governo havia reduzido em R\$ 1 milhão o que estimamos e, na versão final, aceitou o que havíamos proposto”, observa Raupp.

A ligeira diminuição da “te-sourada” não muda o planejamento da universidade, que iniciou o processo de revisão dos contratos e pretende reduzir os gastos em 20% já em 2020. “Passamos a ter uma redução de R\$ 63,5 milhões, o equivalente a dois meses de funcionamento”. Como o orçamento já é defasado em mais dois meses, o passivo seria impossível de ser administrado no ano que vem. “Vamos precisar adotar medidas desde já para tentar reduzir o déficit em 2020 e para que não tenhamos interrupção total de algumas atividades no ano que vem”, diz Raupp.

O dirigente chama atenção para outro problema. O governo começou, desde a elaboração do orçamento anterior, a enviar uma proposta “dividida” para o Congresso: uma parte, como era antes, garantida em lei; a outra, dependente da aprovação de créditos suplementares do próprio Congresso, ao longo do exercício fiscal — este ano, a liberação só ocorreu em maio. Para 2021, essa segunda parte é ampliada. “Estamos com 60% do orçamento dependendo de aprovação no Congresso de créditos adicionais”. No orçamento discricionário, o índice era de 26,3% em 2020.

PROPOSTA DO GOVERNO PARA 2021

UFRJ

Redução de **R\$ 63,5 milhões** em relação a 2020

60% do orçamento discricionário dependente de créditos suplementares

(tirando receitas próprias e emenda do Museu Nacional)

contra **26,3%** em 2020

CAPEs

Redução de **R\$ 37,3 milhões** em relação a 2020

37,1% do orçamento dependente de créditos suplementares contra

7,5% em 2020

Redução de

10% nos recursos para bolsas de pós-graduação

Redução de **28%** nos recursos para bolsas da educação básica

CNPq

Redução de **R\$ 114,2 milhões** em relação a 2020

Redução de **10%** nos recursos para bolsas

55,3% do orçamento dependente de créditos suplementares contra

4,4% em 2020

Recursos para fomento: apenas **R\$ 22 milhões.**

FNDCT

R\$ 5,348 bilhões em 2021, mas

R\$ 4,838 bilhões já em reserva de contingência (**90,4%**)



A situação impacta na liberação de recursos até os parlamentares aprovarem os valores “extras”. O pró-reitor explica que o governo só deve liberar verbas baseadas na parte garantida. “Especialmente o início será muito difícil. Teremos só 40% do nosso orçamento discricionário garantido em lei”, afirma.

IMPACTO NA CIÊNCIA

Na área de Ciência e Tecnologia, o cenário não é diferente. “Se confirma a previsão ruim que já era feita, de cortes expressivos no orçamento”, avalia o presidente da SBPC, professor Ildeu Moreira de Castro. “E com uma parcela significativa de recursos deste ano colocados sob a ‘regra de ouro’, que depende de aprovação do Congresso”, completa.

A SBPC ainda analisa os números da PLOA 2021. A separação, este ano, entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Ministério das Comunicações complica um pouco mais as contas. “O orçamento global sofreu uma queda de 20%. Tirando as despesas obrigatórias, o que vai mesmo para fomento foi reduzido em 34%”, critica Ildeu.

Em nota, o MCTI explicou que, excluídos os recursos des-

tinados às políticas de Comunicações, houve uma redução de 10,27% em relação à proposta orçamentária deste ano.

Algumas reduções, em índices percentuais, podem até parecer pequenas para quem não conhece a realidade da Ciência no país. “O problema é que está tudo no ‘osso’. Isso pode inviabilizar muitas atividades no ano que vem”, critica Ildeu. “Vamos começar a atuar no Congresso para recompor esses recursos”, completa.

No caso do orçamento do CNPq, explica o presidente da SBPC, o total está semelhante ao anterior. “Mas houve uma redução de 10% nos recursos para bolsas. O fomento está baixíssimo, em apenas R\$ 22 milhões”, afirma. Na Capes, alerta Ildeu, houve uma redução de 28% dos recursos para bolsas da educação básica e 10% nos recursos para bolsas da pós-graduação.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) segue com um contingenciamento altíssimo, a exemplo dos últimos anos, de quase R\$ 4,9 bilhões. Ildeu explica que tramita na Câmara um projeto para eliminar qualquer contingenciamento do fundo. A matéria já foi aprovada no Senado. Se passar pelo crivo dos deputados, outro obstáculo precisa ser superado: o teto de gastos. “Sendo aprovado, não temos muita certeza de como isso vai se refletir no orçamento”, informa Ildeu.



DIAS 07/09/2020 LEIA NO JORNAL DA ADUFRJ EDIÇÃO COMEMORATIVA ESPECIAL 100 ANOS DA UFRJ

A AdUFRJ PREPARA UMA EDIÇÃO ESPECIAL para celebrar o centenário da universidade. O sindicato também vai participar da abertura oficial das comemorações, em 7 de setembro. No dia seguinte, a associação docente ajuda a contar a história de lutas da comunidade ao lado das entidades representativas dos técnicos-administrativos, estudantes e terceirizados.

PROGRAMAÇÃO DOS EVENTOS DO CENTENÁRIO

SEGUNDA

07/09

17h

Abertura

17h20

Orquestra Sinfônica da UFRJ

18h

Cerimônia de Celebração dos 100 anos da UFRJ com reitoria e convidados

19h30

Lançamento do documentário “Centenária: a Universidade do Brasil entre duas pandemias”

TERÇA

08/09

9h40

Abertura

10h

Museu Nacional vive

10h40

Ciência e Sustentabilidade: os caminhos para o futuro (CCMN)

11h20

Intervenção artística

11h30

Referência em inovação e tecnologia no Brasil (CT)

12h10

Ciência e saúde: rumo aos 300 anos (CCS)

12h50

Intervenção artística

13h

Cem coisas que você não sabia sobre o Campus Duque de Caxias da UFRJ

13h40

A Universidade vai para o interior: a história da UFRJ em Macaé

14h20

Intervenção artística

14h30

Direitos Humanos: ontem, hoje e sempre (CFCH)

15h10

Uma história de luta e muitas mãos na construção dos 100 anos da UFRJ (AdUFRJ, Sintufrj, DCE, APG, Attufrj)

15h50

Homenagem a Servidores

16h

Integrando academia e sociedade (CCJE)

16h40

Rio de Janeiro da Primeira República: traços de Heitor de Mello e literatura (CLA)

17h20

Intervenção artística

17h30

Debate A universidade do futuro: a ciência e o mundo pós pandemia

19h30

Homenagem Ciência e cultura para mudar o Brasil - entrega do título de honoris causa a Noca da Portela e Nisia Trindade